

O TRABALHO REPRODUTIVO E A VIDA DAS MULHERES NO CAPITALISMO

Beatriz Lima Benjamim
Luana de Souza Siqueira

Introdução

O presente capítulo é resultado da análise do papel fundamental do trabalho reprodutivo e da apropriação do corpo da mulher na produção e reprodução da vida social e material no capitalismo. Dessa forma o objetivo é compreender como a exploração do trabalho reprodutivo, através dos cuidados domésticos, com os filhos, com os maridos e a família, em um sentido amplo, foi imprescindível para a estrutura societária vigente. Assim, abordaremos: a centralidade do trabalho no modo de produção capitalista; os aspectos da divisão sexual do trabalho e do trabalho reprodutivo; a apropriação do corpo feminino; a família e suas relações historicamente construídas.

Trata-se de uma pesquisa exploratória bibliográfica e documental sobre a temática do trabalho, a produção de valor, o controle do corpo feminino e as divergentes análises sobre o trabalho reprodutivo.

Sendo assim, nossa proposta é refletir sobre as raízes históricas do trabalho reprodutivo na estrutura social como um processo necessário e contínuo na socialização das mulheres e a apropriação de seus corpos dentro do modo de produção capitalista. Esse fenômeno foi e continua sendo fundamental para produção e reprodução da vida material - inclusive para a expansão, ampliação e acumulação do capital – e social.

O materialismo histórico-dialético é quem nos dá a base para pensarmos sobre as diversas categorias do cotidiano, entendendo o capitalismo enquanto modo de produção produz e reproduz relações sociais diversas e se apropria das dimensões de gênero, raça, classe que são interligadas na dinâmica social, permitindo diferentes formas de exploração e opressão.

Entendemos que a vida não acontece de uma maneira linear e que diferentes fatores sociais são capazes de alterar o cotidiano de acordo com os tempos vividos, como guerra, industrialização, contexto cultural, globalização, entre outros, e tudo isso traz impactos nas relações sociais, como Yamamoto (2014) nos explica:

Deve-se, ainda, apenas marcar que o processo de produção capitalista não é só um processo de reprodução de relações sociais, mas de produção de relações. Enquanto as relações sociais se renovam em alguns ramos produtivos, a expansão da acumulação vai abrangendo novos ramos, provocando alterações substanciais na maneira de produzir, ou seja, no processo técnico de trabalho e nas relações sociais de produção, ante a subsunção real do trabalho ao capital. Porém, a expansão do capital não é linear. Verifica-se, historicamente, que o movimento mesmo de reprodução no conjunto da sociedade produz relações sociais de produção não capitalistas, como meio de extração de trabalho excedente pelo capital. Não se trata de mera sobrevivência de relações próprias de modos anteriores de organização da sociedade, porque são redimensionadas no seu significado histórico ao se subordinarem ao movimento expansionista do

capital. Trata-se da produção capitalista de relações de produção não capitalistas (p. 75).

O desafio assumido é de apresentar as nuances do trabalho reprodutivo, aprimorar a teoria da reprodução social através de um viés crítico e entendendo que as bases do capitalismo que permitem sua existência reinventam as aparências ao logo do tempo e que muitas (senão todas) das lutas que a teoria feminista defende hoje em dia como acesso a emprego, políticas públicas de educação, saúde, materno-infantil, demandas de violências contra a mulher e o enfrentamento ao patriarcado passam pelo entendimento dessas categorias.

Essa lente também expande nossa visão de luta de classes. Sem estar voltada exclusivamente a ganhos econômicos no ambiente de trabalho, como contratos justos ou salário-mínimo, ocorre em diversos terrenos sociais e não apenas por meio de sindicatos e organizações oficiais de trabalhadores. Para nós, o ponto crítico e a chave para compreender o presente é que a luta de classes inclui batalhas em torno da reprodução social: por sistema de saúde universal e educação gratuita, por justiça ambiental e acesso a energia limpa, por habitação e transporte público. Para isso, são igualmente primordiais as lutas políticas pela libertação das mulheres, contra o racismo, a xenofobia, a guerra e o colonialismo (Arruzza, 2019, p. 55).

O trabalho no modo de produção capitalista

Para pensar em trabalho reprodutivo é preciso antes de tudo refletir sobre o significado de trabalho no capitalismo, o que ele envolve quais são as suas especificidades e o que diferencia o trabalho neste modo de produção para assim conseguir entender qual a dinâmica do trabalho reprodutivo.

Para definir trabalho será utilizado o conceito de Marx (2013, p. 326): “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”, ou seja, o trabalho por si só precede o modo de produção capitalista.

Atividades como pesca, agricultura, caça, já eram trabalho e fundamentavam a organização societária de cada época, os homens trabalhavam para suprir suas necessidades básicas e assim garantiam sua subsistência ao mesmo tempo em que modificavam a natureza e assim o trabalho é consolidado como o elemento principal para o desenvolvimento de relações sociais.

Ainda em sua obra Marx (2013) explica como o trabalho humano se diferencia dos processos puramente biológicos conhecidos na natureza, a chamada capacidade teleológica, que segundo o autor pode ser definida como uma habilidade intrínseca ao homem de realizar uma atividade orientada, com um fim pré-determinado e com um objetivo, é o que distingue o homem dos animais e o eleva na construção do processo social, o autor usa o exemplo de aranhas e abelhas que realizam atividades como a produção da teia e da colmeia por instintos puramente irracionais de sobrevivência, enquanto em uma atividade humana há a projeção do resultado desejado.

Assim a capacidade teleológica é o que diferencia os homens dos animais e o que os tira da categoria de um ser biológico e sendo categorizado como um ser social e o trabalho aparece como categoria fundante deste ser, uma vez que é através dele na relação

do homem com a natureza, que outras relações são construídas. O desenvolvimento dos processos de trabalho é o que permite que o homem crie novos desejos, novas necessidades e construa relações humanas que despontam em relações sociais que alteram a política, a economia, a cultura, a arte e tantas outras coisas.

O trabalho não é uma ação exclusiva do capitalismo, o que muda profundamente é razão pela qual os trabalhadores passam a produzir. Se nas sociedades pré-capitalistas a produção era coletiva e para promoção da sobrevivência, no mundo regido pelo capital sua existência é fundamentada pela extração de mais-valor.

No capitalismo produção não é mais socializada, mas sim concentrada nas mãos das classes dominantes – a burguesia em ascensão - que controla agora os meios e recursos de produção, e determinam o funcionamento para a produção direta e indireta de valorização do capital. O capital se valoriza por meio da circulação de mercadorias e da produção de mais-valia vinda da exploração da força de trabalho. Marx (2013) define mercadoria como “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” e que essas mercadorias têm um valor atribuído a elas que o autor traz como: valor de uso e valor de troca.

Dito de outra forma, o trabalho por si só produz valor de uso porque ele resulta em uma mercadoria que atende a alguma necessidade humana e determina um valor a ela, o que acontece no capitalismo é que o desenvolvimento das forças produtivas cria novas relações de produção e novas necessidades sociais e que o valor de troca de uma mercadoria, que é o valor atribuído a ela na circulação de consumo – compra e venda - é determinado pela quantidade de trabalho nela atribuída.

Marx (2013) define o trabalho na sociedade capitalista através do seu duplo caráter, ao qual ele denomina de trabalho concreto que é entendido como trabalho útil, produtor de valores de uso e trabalho abstrato que é o entendido pela força de trabalho gasta na produção de valores de troca de uma mercadoria o que cria uma divisão social do trabalho. A partir desses conceitos é possível pensar na determinação do trabalho reprodutivo, porque aqui a principal questão é a apropriação da força de trabalho pelo capital. O trabalho existe isso é um fato, mas é na sociedade regida pelos interesses do capital que ele ganha seu contorno de exploração.

O capital não tem uma forma física definida, ele não é visível aos olhos nus, mas ele é o retrato de uma formação histórica particular de um tempo que se estrutura através da produção de mais-valor pela exploração da força de trabalho. A propriedade privada cada vez mais concentrada nas mãos da burguesia que cresce, os trabalhadores ditos livres pelo fim de um processo de servidão, mas que não tinham qualquer poder de decisão sobre os meios de produção, sobre os processos de trabalho. O mundo passou a ser governado em função do lucro, e se essa lucratividade significasse mais exploração assim seria feito.

Contudo, o capitalismo não se reproduz apenas pelo trabalho fabril, são necessárias muitas outras determinações para que o sistema se estruture e isso se dá também pelo trabalho reprodutivo, pensar em trabalho no capitalismo não se pode restringir puramente nos processos fabris, manufatureiros mas pensar que enquanto modo de produção o capitalismo não funciona de maneira estática mas sua existência e manutenção estão ligadas a inúmeros fatores sociais que acontecem concomitantemente e propiciam ora de maneira conjunta ora de maneira isolada pilares para sua perpetuação.

Um modo de produção, como fenômeno histórico que é, não surge inteiramente acabado. Em cada uma de suas concreções singulares, o tempo exigido para sua plena realização varia em função de numerosos fatores socioculturais específicos de cada sociedade. Podem observar, entretanto, certas invariâncias no que tange à absorção retardada e nunca plenamente realizada de determinados contingentes populacionais pelas relações de produção típicas das sociedades capitalistas (Saffioti, 2013. p. 58).

E aqui entra o trabalho reprodutivo, Marx em sua obra destrincha todo o processo de acumulação do capital e entende que o trabalho é uma manifestação da práxis humana e que ele engloba tanto a vida material, quanto outras como a economia, o contexto social, político, cultural isso porque pelo olhar do materialismo histórico a vida não acontece em uma determinação, mas sim por uma sucessão de fatores que estão interligados uns aos outros de acordo com o tempo histórico vivido. Só que há um limite também do autor sobre como o capitalismo passa a operar na vida das mulheres, Marx (2013) até chega a falar sobre a exploração da mão-de-obra entre mulheres e crianças nas fábricas, mas não chega a se dedicar profundamente sobre o tamanho do impacto do capitalismo na vida feminina e aqui retomamos a uma mesma situação, uma visão dedicada ao processo de trabalho de um trabalhador assalariado, ele por exemplo não se direciona a importância do trabalho reprodutivo na questão biológica de formação de novos trabalhadores, para o autor a reprodução de filhos era algo muito natural e inerente ao ser humano, que acontecia sem grandes forças sociais por trás.

A vida das mulheres foi alterada no modo de produção capitalista, mudando estruturalmente a dinâmica do trabalho feminino. Portanto, ao refletir sobre a divisão social do trabalho é imprescindível a análise da divisão sexual do trabalho, do trabalho reprodutivo e do controle das mulheres, para a compreensão do processo histórico que determina um papel invisibilizado às mulheres e muitas vezes retirando-as da vivência enquanto classe trabalhadora, por não reconhecer suas funções enquanto trabalho.

Trabalho reprodutivo e divisão sexual do trabalho

Segundo Saffioti (2013), nas sociedades pré-capitalistas as relações se organizavam hierarquicamente, mas de uma maneira mais comunitária, correspondendo ao desenvolvimento societário de cada época, a comunidade era o principal centro de produção das necessidades básicas e com isso todos os seus membros trabalhavam para o sustento inclusive as mulheres. O que não significa que elas estavam em algum espaço de poder ou em algum tipo de paridade jurídica com os homens, porém não vamos nos estender sobre especificidades do modo de vida das sociedades que antecedem ao capitalismo porque o foco do estudo é entender sobre os desdobramentos do trabalho reprodutivo já na era do capital.

A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares a tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e lojas; nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as

crianças desempenharam um papel econômico fundamental (Saffioti, 2013, p. 61,62).

Entretanto, é importante entender como se davam as bases sociais do trabalho, que ocorria de uma maneira coletiva pela necessidade de subsistência, a mão-de-obra de um maior número de pessoas era importante uma vez que a capacidade de produção era muito lenta, marcada pelos processos artesanais, extremamente demorada e comparada com a capacidade produtiva de uma máquina era bem inferior.

A tradição da submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem, contudo, ser vistas isoladamente. Sendo a família a unidade econômica por excelência nas sociedades pré-capitalistas, a atividade trabalho é também desempenhada pelas mulheres das camadas menos privilegiadas. Embora não se possa falar em independência econômica da mulher (esta é uma noção individualista que nasce com o capitalismo), pois o trabalho se desenvolvia no grupo familiar e para ele, o mundo econômico não era estranho à mulher. Não se trata de indagar aqui se o seu papel econômico lhe assegurava posição social compensatória de sua submissão ao centro de decisões da família: o homem. Trata-se, isto sim, de indagar-se, não obstante sua incapacidade decisória, a mulher encontra via de integração nas sociedades pré-capitalistas (Saffioti, 2013, p. 63).

O surgimento do capitalismo se apoia em bases já pré-existentes e o desenvolvimento das forças produtivas traz novas questões para o trabalho feminino e que o novo modo de produção acarreta uma sentença para a maioria da população, que vê a instalação da propriedade privada exterminando sua autonomia nos espaços e processos de trabalho e uma sentença especial sobre as mulheres, uma vez que, o sistema se aproveita de contextos sociais e culturais que já tinham uma forma desenhada para efetuar a marginalização de diferentes grupos da sociedade para a manutenção e ampliação do capital.

Para a classe burguesa que crescia e se firmava enquanto dominadora da recente ordem social essa nova organização era necessária, pois somente com o controle social em diferentes contextos que seria possível expandir o capital e quando falamos sobre organização se trata também de como os aparelhamentos institucionais foram e continuam sendo norteadores do padrão comportamental esperado pelas mulheres.

No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contraria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (Saffioti, 2013, p. 65-66).

Saffioti (2013) explica que o fator sexo foi primordial para o desenvolvimento das novas formas produtivas, isso porque, mesmo que agora a produção não fosse mais concentrada na família e no trabalho artesanal com a utilização de máquinas e o aumento exponencial da capacidade produtiva, a subalternidade da mão-de-obra feminina permaneceu como um ponto basilar para o desenvolvimento social ao condicionar diferentes formas de exploração do trabalho. O capitalismo enquanto um modo de

produção produz e reproduz - seja na perspectiva macro ou micro social - diversos mecanismos que auxiliam na produção e reprodução de espaços de poder e o fator sexo sem sombra de dúvidas se torna um dos principais porque através dele todo um processo de inferiorização e subalternização feminina se torna possível em diferentes formas, seja na exploração da mão-de-obra, no pagamentos de salários mais baixos ou na construção da responsabilização feminina sobre a família e o cuidado.

Por trabalho reprodutivo entendemos todo o trabalho realizado pelas mulheres no espaço doméstico como atividades de reprodução e manutenção da família e classe trabalhadora como limpar a casa, fazer comida, a reprodução tanto biológica quanto social de gerar, criar e educar os filhos, lavar e passar as roupas, atividades sexuais e que esse trabalho é de muito valor ao capital. Mesmo que ele ocorra dentro das casas da classe trabalhadora e seu resultado não se limita ao espaço do ambiente doméstico, muito pelo contrário, já que os beneficiados por ele (de forma especial falando dos homens da classe trabalhadora) estão inseridos na chamada esfera produtiva. Sendo assim, o trabalho reprodutivo garante a existência da mercadoria mais importante do capitalismo que é a força de trabalho e sem ele não existiria reprodução da vida, biológica quando pensamos na reprodução humana, quanto mais a possibilidade de reprodução social da força de trabalho e expansão do capital por meio da acumulação de trabalho não pago das mulheres.

Esse modo de produção se realiza por meio da exploração patriarcal sobre o “trabalho desvalorizado” das mulheres, realizado não apenas nos limites da casa, mas, também, fora dela, como vimos anteriormente. Em outras palavras, as esferas produtivas e reprodutivas são indissociáveis, consubstanciais. Sendo esse modo de produção estruturado pelas relações de classe, “raça” e sexo (incluindo sexualidade), podemos denominá-lo de modo de produção racista-patriarcal-capitalista. Temos, portanto, um único sistema, um único modo de produção, mas, conformados por essas relações - mediações e contradições - que são dialeticamente “consustanciais” e “coextensivas” (Cisne, 2018, p. 96-7).

Com isso, o trabalho reprodutivo se estrutura como um processo altamente lucrativo para o modo de produção capitalista, já que, as mulheres exercem uma série significativa de trabalho não remunerado que é aproveitado pelo capital. E pensar e definir essa questão do trabalho feminino como um trabalho subvalorizado e com menos importância na pirâmide social exige que passemos por outras questões.

Para isso é preciso pensar na divisão sexual do trabalho e como ela regulamentou todo um processo histórico de apropriação da força de trabalho feminina tanto pelos homens, quanto pelo Estado reverberando em questões institucionais e no modo de existir das pessoas. Kergoat (2009) explica que a divisão sexual do trabalho é fruto das relações sociais de sexo na sociedade e que por ter essa característica ela se expressa historicamente de acordo com o momento vivido.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção - ou duas coleções - de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009, p. 67).

Dentro do modo de produção capitalista, a divisão sexual do trabalho funciona como um aparelhamento ideológico que atua em conformidade com a lei geral de acumulação pelo fato de que como o objetivo principal do capital é a produção e expansão do lucro, assim quando ele se depara com a oportunidade de extrair ainda mais-valia do trabalho realizado por mulheres através da subalternidade e inferiorização das atividades destinadas a elas o *modus operandi* da divisão sexual do trabalho converge diretamente com as intenções do capital. No caso do trabalho doméstico, as mulheres trabalham sem que suas atividades sejam remuneradas e nas situações que as mulheres ocupavam algum cargo na esfera produtiva ou fora de suas casas a desvalorização da mão-de-obra. E isso é entender que a atribuição do trabalho doméstico às mulheres não é algo aleatório, mas sim fruto de um processo de socialização e de relações historicamente construídas e que juntamente com a construção da sociedade de classes e apropriação da mão-de-obra de maneira geral, a exploração e controle das atividades ditas como femininas, vai ao encontro da linha da propriedade privada.

A exploração da mulher é um elemento da exploração da classe, de apropriação do valor socialmente produzido, pois auxilia na redução do tempo de trabalho necessário e também recebe menor remuneração pelos frutos do seu trabalho. Primeiramente, vislumbramos que o trabalho feminino doméstico colabora com a redução do valor diário da força de trabalho, já que a classe trabalhadora em vez de adquirir certos bens no mercado ou contratar determinados serviços como lavanderias, restaurantes, impôs à mulher essas responsabilidades. Para as mulheres, destina-se um cotidiano de trabalho intensivo, extensivo e intermitente, sendo parte dele não remunerado (Tenório, 2018, p. 72).

Assim a divisão sexual do trabalho historicamente realiza essa separação entre homens e mulheres através do direcionamento da esfera produtiva (trabalho fabril, trabalho científico, funções públicas) aos homens e a esfera reprodutiva às mulheres e como consequência as funções realizadas por elas passam a ter menor valor agregado no mercado de trabalho.

Trabalho reprodutivo - produtor ou não de valor

O debate em torno do trabalho reprodutivo circunda em torno da sua capacidade de produzir valor. Partindo da lógica que a principal finalidade do capitalismo é criação de lucro e que esse lucro se dá pela exploração do trabalho.

A lei da produção capitalista, que subjaz à pretensa “lei natural da população”, resulta simplesmente nisto: a relação entre capital, acumulação e taxa salarial não é nada mais que a relação entre o trabalho não pago, transformado em capital, e o trabalho adicional, requerido para pôr em movimento o capital adicional. Não se trata, portanto, de modo nenhum de uma relação de duas grandezas entre si independentes – de um lado, a grandeza do capital e, de outro, o tamanho da população trabalhadora –, mas antes, em última instância, da relação entre os trabalhos não pago e pago da mesma população trabalhadora (Marx, 2013, p. 843).

Ao pensar na produção e ampliação de mais-valor pela exploração de trabalho não-pago devemos pensar na expropriação desse trabalhador e o que é o trabalho reprodutivo se não uma imensa gama de trabalho não remunerado, realizado dentro do ambiente

doméstico, em que as mulheres servem incansavelmente, de maneira quase que ininterrupta, mas não exercem nenhum tipo de controle, posse ou autoridade sobre esse ambiente. Discutir a produção de valor pela visão do trabalho reprodutivo é entender que a principal mercadoria do capitalismo é a força de trabalho, só que ela não pode ser produzida na esfera produtiva, muito pelo contrário à sua reprodução acontece no ambiente doméstico, na família da classe trabalhadora.

Vogel (2022) identifica que a família da classe trabalhadora é o local de produção e reprodução da força de trabalho e que para a autora mesmo o trabalho doméstico não sendo um trabalho mercantilizado – para ela produz apenas valores de uso e não valores de troca – ele sustenta a dinâmica do capitalismo e que a chave do problema aqui não está no trabalho doméstico por si só, mas no seu significado para o capital.

Em outras palavras, as mulheres são oprimidas na sociedade capitalista não porque seu trabalho em casa produz valor para o capital, tampouco por um impulso patriarcal trans-histórico que coloca os homens contra as mulheres (embora tais atitudes, evidentemente, persistiram ao longo do tempo e do espaço). As raízes sociomateriais da opressão às mulheres sob o capitalismo têm a ver, na verdade, com a relação estrutural do lar com a reprodução do capital: o capital e o Estado precisam conseguir regular sua capacidade biológica para produzir a próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja disponível para a exploração (Vogel, 2022, p. 69).

Federici (2021) fala sobre a expropriação corpo feminino e a centralidade do trabalho reprodutivo com a destinação das mulheres para a procriação humana, garantindo assim a reprodução da mão-de-obra trabalhadora e a responsabilização pelos cuidados com a reprodução social dos trabalhadores.

Descobrir a centralidade do trabalho reprodutivo para a acumulação do capital também fez emergir a questão de como seria uma história do desenvolvimento capitalista se observada não do ponto de vista da formação do proletariado assalariado, mas do ponto de vista de cozinhas e quartos em que a força de trabalho é produzida em termos diários e geracionais.

A necessidade de uma perspectiva de gênero sobre a história do capitalismo – para além da “história das mulheres” ou da história do trabalho assalariado – foi o que me levou, entre outras coisas, a repensar o retrato feito por Marx da acumulação primitiva e descobrir as caças às bruxas dos séculos XVI e XVII como momentos fundadores da desvalorização do trabalho das mulheres e da ascensão de uma divisão sexual do trabalho especificamente capitalista (Federici, 2021, p.82).

Por isso, para a autora, não é possível falar sobre produção de valor e reprodução social da força de trabalho sem falar sobre o controle dos corpos femininos. Na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação do trabalho. Neste sentido, é bem-merecida a importância que adquiriu o corpo, em todos os seus aspectos – maternidade, parto, sexualidade -, tanto dentro da teoria feminista quanto na história das mulheres (Federici, 2017).

Com o entendimento de que o trabalho reprodutivo e o corpo passam a ser cruciais para a manutenção do capitalismo, Federici (2017) fala como a capacidade feminina de procriação se converteu em um meio de exploração em massa das mulheres. Todo o saber que era passado de geração em geração a respeito do conhecimento do corpo foi sendo destruído em nome do capital. A autora pontua sobre algumas formas de controle e coerção que as mulheres passaram a enfrentar neste período para garantir a reprodução biológica de novos trabalhadores, dentre elas podemos destacar: mulheres começaram a ser processadas por aborto e infanticídio; a entrada de homens nos partos, como forma de fiscalização; prioridade à vida do feto à vida materna. A maternidade transformou-se então em um trabalho obrigatório, mulheres foram esvaziadas de sua humanidade e ganharam a imagem de úteros a serviço do Estado e em prol da acumulação capitalista. “Produzir filhas e filhos para o Estado” é uma definição parcial das funções das mulheres na nova divisão sexual do trabalho” (Federici, 2017).

A questão da reprodução biológica no trabalho reprodutivo é de interesse do capitalismo também pelo fato de que a garantia de novos trabalhadores é o que mantém também o que conhecemos por exército industrial de reserva, uma vez que, pela imensa gama de trabalhadores desempregados, as questões envolvidas como salário e pauperismo, permite ao capitalista ter o domínio completo das relações, conseguindo assim organizar e ampliar sua lucratividade. A existência de um enorme contingente de desempregados permite ao capitalista pressionar os salários para um nível inferior; essa é a função primária que o exército industrial de reserva desempenha sob o capitalismo. Trata-se de um poderoso instrumento para que o capitalista incremente a exploração da força de trabalho – pode-se afirmar que, grosso modo, “os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva” (id., p.204).

A existência do exército industrial de reserva cumpre mais que essa importantíssima função; por exemplo, ela oferece ao capital um volume de força de trabalho que pode ser mobilizado a qualquer momento, recrutado para um ramo de produção que experimenta uma conjuntura favorável até mesmo deslocado geograficamente, em processos migratórios, inclusive para atender a demandas de empreendimentos capitalistas temporários. Assim, se esse exército industrial de reserva inicialmente resulta da acumulação capitalista, torna-se em seguida indispensável ao prosseguimento dela; por isso mesmo, constitui um componente ineliminável da dinâmica capitalista (Netto, 2012, p. 147).

É indispensável que o capitalismo crie e imponha condições para a manutenção da classe trabalhadora, como diz Netto (2012) “a reprodução capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários”. Nesta nova ordem social o controle do corpo feminino e de todo o saber acumulado ao longo dos anos foi parte central para a consolidação do Modo de Produção Capitalista, uma vez que, o disciplinamento da classe trabalhadora não condizia mais com as antigas formas de sociabilidade. Não por coincidência que o chamado Caça às bruxas é contemporâneo a esse momento.

A caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social. Neste sentido, de um modo similar ao ataque contemporâneo à “cultura

popular” e ao “Grande Internamento” de pobres e vagabundos em hospícios e workhouses [casas de trabalho], a caça às bruxas foi um elemento essencial da acumulação primitiva e da “transição” ao capitalismo (Federici, 2017, p. 294).

Breves Considerações

Muitos são os debates acerca deste tema, no mundo contemporâneo, discussões sobre maternidade, exaustão feminina e sobrecarga doméstica, fomentados de forma especial pelo avanço de movimentos feministas, que condensam o retrato da história humana que é a história da luta de classes, onde através do acesso das mulheres aos espaços de estudo e poder, foi possível inserção da temática feminista em pautas políticas e sociais, ampliando o alcance dela. Entretanto, para que esse debate seja efetivamente consolidado de forma séria e capaz de propor mudanças concretas na sociedade é preciso ir além do que se vê e entender que essas aparências escondem uma discussão ainda mais profunda que é a exploração do trabalho por meio do capital, aqui com destaque a exploração do trabalho reprodutivo realizado por mulheres. Sendo assim, o nosso principal intuito foi mostrar que a apropriação da força de trabalho feminina é um elemento constituinte do modo de produção capitalista, as questões enfrentadas pelas mulheres têm uma razão de ser e fazem parte de um processo histórico que invisibilizou, subalternizou, explorou e controlou o trabalho e o corpo feminino em todos os níveis e vem se apresentando de diferentes maneiras durante os processos históricos e pensar no trabalho reprodutivo como uma categoria de exploração, para além de atual é profundamente necessário, ainda que o capitalismo se mascare e reinvente com muita excelência em suas formas de ser, a existência do modo de produção só se sustenta pela exploração do trabalho e os impactos dessa exploração sempre recaem com mais força na vida das mulheres.

Identificar o trabalho reprodutivo e as atividades de reprodução social e biológica como centrais é o que nos permite questionar qualquer outra pauta que apareça na luta feminista. Entender que mulheres estão desde os primórdios na responsabilização pelo cuidado, pela geração de novos trabalhadores, nos cuidados desses trabalhadores, sejam eles seus filhos, seus maridos, que é no ambiente doméstico que toda uma gama de trabalho não-pago sustenta relações de opressão de classe e gênero.

Nas sociedades capitalistas, o papel de fundamental importância da reprodução social é encoberto e renegado. Longe de ser valorizada por si mesma, a produção de pessoas é tratada como mero meio para gerar lucro. Como o capital evita pagar por esse trabalho, na medida do possível, ao mesmo tempo que trata o dinheiro como essência e finalidade supremas, ele relega quem realiza o trabalho de reprodução social a uma posição de subordinação – não apenas para os proprietários do capital, mas também para trabalhadores e trabalhadoras com maior remuneração, que podem descarregar suas responsabilidades em relação a esse trabalho sobre outras pessoas (Arruzza, 2019, p. 52).

Isso significa que as transformações societárias ao longo dos séculos modificaram a forma que o capitalismo se apresenta no mundo, foram profundas e intensas transformações políticas, econômicas, culturais, tecnológicas, sociais, religiosas, inúmeros eventos que revolucionaram a dinâmica das relações sociais, não mudaram a lei que rege o modo de produção capitalista, a acumulação de capital por meio da contradição capital x trabalho.

A centralidade do trabalho consequentemente a exploração do trabalho reprodutivo segue sendo sustento das relações capitalistas, mesmo que marcada por esses séculos de transformação e de forma mais recente pela reestruturação produtiva e a chamada globalização econômica, e a ideia de trabalho apareça cada vez mais mistificada, em razão de um neoliberalismo desenfreado que impacta diretamente nas relações sociais humanas.

Referências

ARRUZZA, Cinzia, 1976 – **Feminismo para os 99%: um manifesto** / Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya, Nancy Fraser; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

ARRUZZA, Cinzia. **Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcio**. Lisboa: Combate, 2010.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil** / Mirla Cisne. - 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva** / Silvia Federici. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e a luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**, 41. ed. - São Paulo: Cortez 2014.

KERGOAT, Daniele. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena. et al. [Org.] **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, Unesp, 2009.

MARX, Karl. **O Capital (Livro I)**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TENORIO, Emilly Marques. **Lei Maria da Penha e medidas de proteção: entre a polícia e as políticas**. Campinas: Papel Social, 2018.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.